



O CÂNONE POSITIVISTA E LITERÁRIO NA HISTÓRIA DA CRÍTICA BRASILEIRA

Marta Eymael Garcia Scherer¹
Luis Alberto Scotto Almeida²

Resumo: Apresentar fatos relevantes sobre critérios de valoração literária na formação do cânone é o objetivo central deste artigo, que tenta demonstrar como é possível jogar com os textos e dados históricos para escrever uma outra história. Através de leitura de trechos escritos pelo mestre Machado de Assis, a proposta deste texto é demonstrar como se atribuiu valor à obra literária e como a história é construída pelo discurso crítico. Este artigo convida também a pensar sobre o cânone como um conjunto de valores literários, estéticos e temáticos possíveis de serem (re)construídos.

Palavras-chave: Cânone; Machado de Assis; crítica literária

POSITIVISM AND LITERARY CANON IN THE HISTORY OF BRAZILIAN CRITICISM

1

Abstract: The central objective of this article is to present relevant facts about the valuation criteria in the formation of literary canon. Thus attempts to demonstrate how one can play with the texts and historical data to write another story. Through reading of passages written by the master Machado de Assis, the proposal of this paper is to demonstrate how much importance is attributed to the literary work and how the story is constructed by a critical discourse. This article also invites on thinking bout the canon as a set of values with aesthetic and literary values themes likely to be (re) constructed.

Keywords: Canon, Machado de Assis, literary criticism

¹ Doutora e mestre em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina, é jornalista formada também pela federal catarinense. É chefe da assessoria de comunicação do Ministério Público Federal em Santa Catarina e professora orientadora da Escola Superior do Ministério Público da União (ESPMU). Participa do grupo de pesquisa CNPq “A crônica brasileira: dilemas, paradoxos e soluções de um gênero moderno”, vinculado à Universidade Federal do Amazonas. - UFAM. Foi bolsista CNPq de doutorado. Pesquisa sobre Jornalismo, com ênfase em História da Imprensa, História do Texto e Crônica. Tem experiência de dez anos em docência no ensino superior. Em suas atividades profissionais destacam-se as áreas de assessoria de imprensa e jornalismo impresso.

² doutor em Teoria Literária pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde também cursou o mestrado em Literatura Brasileira. É professor associado do Curso de Jornalismo da UFSC e tem publicados artigos na área de história da literatura, teoria e crítica literária.



Introdução

A proposta deste artigo é demonstrar como é possível atribuir valor à obra literária e como a história pode ser construída pelo discurso crítico. Dentro de uma perspectiva que busca refletir sobre os valores canônicos, este trabalho traz à luz uma pertinente discussão sobre a fala hegemônica que estabelece valores literários – estéticos e temáticos – capazes de dar ao autor ou a obra à sentença final: reconhecimento ou ostracismo. Esse poder discursivo, chamado cânone, tem sido minado nas últimas décadas por leituras que não reconhecem nele valores universais e tentam demonstrar que a fragmentação é a única representação social possível.

Não pretendemos entrar na discussão sobre os valores mais políticos do cânone. Não é objeto deste artigo debater se o cânone quer construir uma nação e por isso esconde as fissuras sociais em seu discurso; se está a serviço da hegemonia e, portanto, seu discurso é a fala do poder; se critérios como “seleção natural” ou “darwinismo”, aplicados às obras literárias, explicam a sobrevivência de algumas e o desaparecimento de outras. Também não queremos entrar no debate se existe uma Cora Coralina ou é a voz da mulher; se existe um Lima Barreto ou é o negro discriminado quem fala.

O que queremos demonstrar é que, seja qual for o conjunto de valores que possamos tomar como elemento de avaliação de um discurso, terá que se legitimar, isso é, terá que ser aceito.

A mudança de parâmetros nas ciências ou nas ideologias sempre representou momentos críticos para pesquisadores. Thomas Kuhn, no texto clássico *A Estrutura das Revoluções Científicas* (KUHN, 2003,p.30), cria e utiliza o conceito *paradigma* para definir o conjunto de idéias de uma determinada época que tenta explicar fenômenos da ciência ou científicos. Esse parece ser o dilema que vivemos hoje: somos bons em destruir os paradigmas do passado, mas incapazes de formular um novo conjunto de valores legítimos para o nosso tempo.



Crítica e positivismo

Como ilustração do que pretendemos demonstrar, escolhemos o texto *O Positivismo e a História da Literatura Brasileira*, da professora Regina Zilberman (in: MOREIRA, 2003, p.115). A pesquisadora constrói seu texto no sentido de demonstrar como o pensamento positivista influenciou intelectuais que ajudaram na formação do cânone. Zilberman demonstra como os críticos – mais especificamente Silvio Romero – através do positivismo, avaliaram obras e autores. E cita como exemplo de escritores que resistiram a esta filosofia – e por isso se mostram mais lúcidos – Machado de Assis e Lima Barreto.

Resumidamente, a professora comprova como o pensamento positivista se concretizou no Brasil, através “do pendor realista, avesso aos devaneios do Romantismo e fundada na pesquisa dos efeitos do meio e da hereditariedade sobre as pessoas”. Ela nos conta que a crítica literária adotou orientação de cunho científico, preferindo analisar a intervenção dos elementos sociais e psicológicos no processo de produção da obra artística. “A história da literatura voltou-se a observação da ação do meio, da época e do momento sobre o discurso poético” (ZILBERMAN in: MOREIRA, 2003, p.117).

Porém, nos esclarece a pesquisadora, o positivismo substituiu a fé religiosa pela intolerância materialista, rejeitando o espírito crítico que, quando se manifestou, denunciou desde um ponto de vista exterior suas fragilidades e inconsistências. Mais adiante escreve a pesquisadora:

Como seria de se esperar, foi Machado de Assis o primeiro, no âmbito da ficção, a atacar o positivismo e seus efeitos. O instrumento, a pena da galhofa e a tinta da melancolia, é empregado no livro que se relatam as memórias de Brás Cubas, para atingir Quincas Borba, o amigo de infância que, adulto e insano, cria o Humanitismo, filosofia destinada a resgatar a felicidade do gênero humano” (ZILBERMAN in: MOREIRA, 2003, p.117).

Machado de Assis vê surgir o positivismo com desconfiança e com desdém. No seu famoso ensaio *A nova geração* há uma crítica localizada ao pensamento positivista que o escritor observa na forma de conselho. “...o modo eficaz de mostrar que se possui um processo científico não é proclamá-lo a todo instante, mas aplicá-lo oportunamente...fujam também a outro perigo: o espírito



de seita, mais próprio das gerações feitas e das instituições petrificadas” (ASSIS, 1956, p.180).

Também em seu antológico *Quincas Borba*, publicado em 1892, Machado de Assis escreve trechos como aquele que diz: “ Quincas Borba partira seis meses antes para Minas Gerais, e levou consigo a melhor das filosofias. Voltou quatro meses depois, e entrou-me em casa, certa manhã, quase no estado em que eu o vira no Passeio Público. A diferença era que o olhar era outro. Vinha demente.” (ASSIS, 1959, p.19). Em Machado, a loucura parece ser o destino dos positivistas.

Regina Zilberman nos fala também de como as referências teóricas do positivismo passaram a integrar os critérios da crítica literária, principalmente através de Silvio Romero. A idéia darwinista de sobrevivência das espécies passou a ser utilizada como referência para sobrevivência de uma obra: as melhores e mais fortes sobrevivem no tempo; a valoração da raça como fator de formação da literatura brasileira; a construção de uma história literária se confundindo com a própria história do país. Enfim, há a constatação de que o positivismo contaminou a formulação de uma história da literatura e interferiu nos critérios de seleção.

Há em todo ensaio da pesquisadora vozes que se mostram levianas e ligeiras e vozes ponderadas e profundas. Os ligeiros são os positivistas, onde apesar de algumas contribuições meritórias, são pessoas sem a acuidade intelectual para ver o mundo de uma maneira não dogmática. Machado de Assis é um dos escritores livre dessas amarras e, portanto, capaz de constatar o ridículo e o desvio intelectual daquela doutrina. É isso que fica demonstrado o tempo todo. O texto é perfeito. Mas possível de outra leitura: a que tenta entender o contexto daquelas ideias. E isso fica evidente com uma única pergunta: o que acontecia no Brasil e no mundo quando essas pessoas se tornaram positivistas ou cientificistas?

Na última década do século XIX e a primeira do século XX, as novidades científicas chegavam diariamente e foram apresentadas para uma única geração. Nós, que vivemos a revolução da informática, já falamos em mundo da



arte web, em *cyberespaço* e estamos formulando uma psicologia de contemple as relações web pessoais e uma filosofia da relação homem-máquina.

Então, que tal olharmos ao que viveu, em termos de inovações científicas aquela geração: a eletricidade doméstica, o automóvel, o telefone, a vacina, o cinema, o rádio, a definição de matéria, os refrigeradores, o fonógrafo, o avião, a radioatividade, a anestesia moderna, o fordismo, o Raio X. Isso tudo no espaço de tempo em que nós vimos o primeiro computador pessoal aqui no Brasil, ou melhor, em cinco anos menos. (SEVCENKO, 2004, p.10).

Mas as consequências do progresso científico não paravam por aí. Avançavam como bandeiras de luta para os campos sociais e políticos. Os descobrimentos científicos eram realizações da plebe, não dos nobres. Daí o cientificismo estar associado aos ideais republicanos, aos direitos civis, ao fim da escravidão; ao voto feminino, ao direito de organização sindical, ao fim do poder hereditário, a separação da Igreja do Estado; às obrigações do Estado para com saúde, educação. E pressionados por estas novidades, eles passaram a acreditar na ciência. E até formularam uma doutrina – o Pensamento Positivista.

É neste contexto que, enquanto alguns companheiros de letras – era como se dizia na época – literalmente se matavam por causa dos rumos que a nação estava tomando, Machado escrevia: “Não entendo de política, limito-me a ouvir as considerações alheias”(ASSIS, 1938, p.55). “Não sei nada de política nem de finanças, não estou no caso de citar nem um nem outro, o primitivo ou o concertado” (ASSIS, 1938, p.58). Mas também não era tão ignorante em política quando se tratava de falar bem do poder: “De resto, como disse acima, Deodoro era amigo das graças; acabaria por chamar as senhoras em torno do governo”. (ASSIS, 1938, p.41). E por aí caminham as opiniões de Machado de Assis sobre a alta política de sua época. Não se encontra uma linha nem em favor dos negros e nem dos liberais. Nada.



Euclides da Cunha e Machado de Assis

Vamos agora nos deter em como dois grandes intelectuais da virada do século XX para XXI relataram um dos mais emblemáticos episódios da história do Brasil, que marcou o início de nossa vida republicana: a Guerra de Canudos. Através dos escritos desta sangrenta e triste batalha, é possível entender o papel de um positivista e de um intelectual “livre”: Euclides e o mestre Machado.

Como todos sabemos, *Os Sertões* conta a viagem e a cobertura jornalística que Euclides da Cunha fez ao interior da Bahia para acompanhar a destruição de Antonio Conselheiro, líder da conhecida Guerra de Canudos, uma das inúmeras revoltas que ocorreram naquele período e que ameaçaram a unidade nacional. A campanha para derrotar Canudos envolveu quatro expedições militares, oito mil homens do Exército Brasileiro, canhões e mais de duas mil baixas nas tropas republicanas. Do lado dos revoltosos 25 mil mortos, a população lutou até o fim, cinco mil casas pulverizadas com dinamite. No assalto final ao arraial, três mil soldados atacaram. E mataram os últimos resistentes: dois homens, um velho e uma criança.

Pois bem, o que faz o positivista Euclides da Cunha, engenheiro formado na Escola Militar da Praia Vermelha? Fez um relato factual, preciso, incontestável. Aos poucos “*Os Sertões*” vai se tornando um texto de denúncia. Denuncia o absurdo da guerra: “A nossa civilização de empréstimo arregimentava, como sempre o fez, o banditismo sertanejo.” (CUNHA, 1989, p.186) e denuncia o barbarismo realizado contra aquela gente abandonada pela República no meio do nada: “Ademais entalhava-se o cerne da nacionalidade. Atacava-se a fundo a rocha viva da nossa raça. Vinha de molde a dinamite. Era uma consagração.” (CUNHA, 1989, p.464). Faz o relato emocionado das condições de vida daquela gente e apela para que a elite integre aqueles brasileiros num projeto de sociedade. É o positivista Euclides da Cunha que vê tudo isso. Vê também o despreparo militar das tropas treinadas por oficiais franceses. Vê a impropriedade da estratégia militar e as próprias táticas utilizadas. Fala até dos uniformes – tudo com aquele rigor detalhista que a ciência exigia dele.



E Machado de Assis, o homem não contaminado pelo positivismo, o intelectual livre, viu o que? Vamos deixar que ele fale “Antonio Conselheiro não compreende essa vantagem de fazer obra nova em sítio devoluto. Quer vir aqui, quer governar perto da Rua do Ouvidor....com as chaves do céu e da terra na gaveta. Antonio Conselheiro verá o seu poder definitivamente posto?” (ASSIS, 1938, p.360) E, também: “De Antonio Conselheiro ignoramos se teve alguma entrevista com o Anjo Gabriel, se escreveu algum livro, nem sequer se sabe escrever.” (ASSIS, 1938, p.413). E um conselho, claro: “Um dia, anos depois de extinta a seita e a gente dos Canudos, Coelho Neto, contador de coisas do sertão, talvez nos dê algum quadro daquela vida...Coelho Neto ama o sertão...e tem na palheta as cores de cada paisagem....Dá-nos a floresta, com seus rumores e silêncios, com os seus bichos e rios....” (ASSIS, 1938, p.425).

A verdade é que Machado de Assis não viu Canudos. E não viu não porque fosse míope, alienado ou um *dândi* da Rua do Ouvidor. Simplesmente tomou aquele acontecimento como obra da “natureza social”. Um acontecimento avulso e natural, não revelador de nada além de seu próprio significado. A história de um fanático “com a chave do céu e da terra na gaveta”.

Estamos sendo injusto com Machado de Assis? Os colegas que admiram o Mestre tanto quanto nós sabemos que nesta altura do texto estamos sendo muito maniqueísta. E têm razão. Isso que fazemos é um truque, é um jogo. É possível encontrar qualquer coisa em qualquer texto. Machado é maior do que esses textos que selecionamos. Mas o que nos impede de fazer isso? O que impede de ridicularizar o maior de todos os escritores brasileiros? Se nos é permitido ter qualquer olhar, quer dizer, qualquer conjunto de valores, essa edição de Machado de Assis é legítima. Mas porquê uma análise como essa não ganha legitimidade? A resposta é simples: por causa do cânone.

O cânone impede de fazer tal análise. Só o cânone lembra das palavras dos grandes escritores, desde José Veríssimo: “Chegamos agora ao escritor que é a mais alta expressão do nosso gênio literário, a mais eminente figura da nossa literatura, Joaquim Maria Machado de Assis.” (VERÍSSIMO, 2001, p.244); até Harold Bloom: “Machado de Assis é uma espécie de milagre, mais uma demonstração da autonomia do gênio literário, quanto a fatores como tempo e



lugar, política e religião e todo tipo de contextualização que supostamente produz a determinação dos talentos humanos”. (BLOOM, 2002, p.688). São centenas e centenas de pesquisadores, em mais de cem anos de estudos, analisando a obra machadiana.

Para poder transformar Machado de Assis numa coisa pequena não basta meia dúzia de textos. Não basta acusá-lo de algumas coisas. Precisa muito mais do que isso. É preciso que se crie um ‘paradigma’, um conjunto de novos valores. E que esses valores encontrem concordância nos meus pares e seja aceito como um conjunto de ideias que respondam, como instrumento de pesquisa, as inquietações e desafios da nossa época. E isso não vamos conseguir tentando atribuir valores humanistas à obra, aos personagens ou ao autor.

Considerações finais

A questão, portanto, não é só quantos o cânone excluiu. A questão é também quantos ele salvou. Quando constatamos o cientificismo em suas afirmações ou o positivismo de seus critérios, tendemos a deslocar esses conceitos para o nosso tempo. E mais do que isso: fica evidente, a disputa entre o passado e presente – entre os mortos e os vivos – no monopólio da legitimação literária. Isto é, a disputa pelo monopólio de poder dizer com autoridade quem está autorizado a sobreviver como obra ou como autor.

Portanto, quando revelamos (ou denunciemos) a influência do positivismo, a preocupação com a construção da nação, ou seja lá o que for, como critério de atribuição de valor, estamos denunciando as costuras, as emendas, as fragilidades do discurso do outro (do passado).

Fica mais claro ainda que, quando questionamos critérios e valores como elementos absolutos no tempo e no espaço, o passado será sempre perdedor. Por trás da discussão está a luta pelo direito de dizer quem é mais escritor ou que obra é *mais* importante, *mais* bela ou *mais* artística, ou *mais* representativa. O problema é que os critérios de definição do ‘*mais* alguma coisa’ mudam, de acordo com o tempo e com a linha de pesquisa.



O que queremos dizer é que, não me é possível agora, no papel ou na tela do computador, desqualificar os critérios positivistas (por serem positivistas ou não), uma vez que foi sob o julgamento desses próprios critérios que viveram o autor, a obra, os primeiros leitores e também aqueles críticos. É um universo pertencente a eles, fechado no seu tempo. O que aqui discutimos aproxima-se do que afirma Pierre Bourdieu quando fala das definições: “...a indistinção semântica de noções como as de escritor ou de artista é a uma só vez o produto e a condição das lutas que visam impor-lhe a definição. A esse título, faz parte a própria realidade que se trata de interpretar”. (BOURDIEU, 1996, p.254).

E, naquela realidade, o conjunto de valores cientificistas tinha outra dimensão. Formam uma realidade, com fatos e verdades que não ocorreram no nosso tempo e só poderão ser estudados como conjunto de paradigmas daquela época. O cientificismo, ou sua radicalidade expressa no positivismo, não era o culto ingênuo que querem nos fazer crer nos dias de hoje. Voltamos a insistir: esses deslocamentos temporais que costumamos realizar – desconsiderando tempo, espaço e paradigmas – nos dão a sensação de superioridade intelectual que, sinceramente, não sabemos se temos.

Antoine Compagnon nos conta que a consciência histórica da literatura como instituição social “relativa no tempo” e dependente do sentimento nacional não aparece, na França, antes de 1800. Ele nos faz um breve relato e acaba por atribuir a Taine, pensador positivista, cuja influência era admitida por Silvio Romero, com seu positivismo de raça, meio e momento e a Lanson, fundador da História Literária Francesa do final do século XIX, “que formulou o ideal de uma crítica objetiva, oposta ao impressionismo de seus contemporâneos”. (COMPAGNON, 2002, p.199).

Desta forma, nos diz Compagnon, estabelece-se para a crítica literária – de maneira inaugural – uma nova linha de estudos. “A hipótese central da história literária é que o escritor e sua obra devem ser compreendidos em sua situação histórica, que a compreensão de um texto pressupõe o conhecimento de seu contexto”. (COMPAGNON, 2002, p.201). Desta forma, essa nova crítica se opunha a crítica literária qualificada de dogmática ou impressionista. “Invocava-



se o positivismo contra o subjetivismo, cuja crítica dogmática só teria oferecido uma variante”. (COMPAGNON, 2002, p.202)

Essas duas visões, uma remetendo a crítica para dentro do texto, que Compagnon chama de literatura como “monumento”, e a outra, que coloca a literatura dentro de um contexto de espaço e tempo, que ele chama de literatura como “documento”, será o grande debate nos estudos da literatura ao longo de todo o século XX. E proporcionará avanços significativos.

A constatação de que a crítica literária, desenvolvida por Silvio Romero, era influenciada pelo positivismo nos parece verdadeira, mas também pouco reveladora. Talvez, ao localizar as bases do pensamento crítico de Silvio Romero, a pesquisadora Regina Zilberman pretendesse apenas nos apresentar fatos relevantes sobre critérios de valoração literária na formação do cânone. Mas ao atribuir à visão positivista uma deficiência (da qual Machado de Assis e Lima Barreto estão libertos), que em Silvio Romero acabou por prejudicar sua análise, a pesquisadora quer disputar com os mortos o monopólio da distribuição de valor.

Quando Regina Zilberman diz: “A história da literatura voltou-se a observação da ação do meio, da época e do momento sobre o discurso poético” (ZILBERMAN in: MOREIRA, 2003, p.117), não está sendo de toda correta com os fatos. A história da literatura é uma invenção do positivismo. Foram os pensadores positivistas que inseriram nos estudos literários elementos inovadores contextuais como: o meio, a raça, a nação, etc. E dessa forma criaram a nova vertente de estudos. E a pesquisadora continua analisando o passado com os olhos do presente: “A crítica literária adotou orientação de cunho científico, preferindo analisar a intervenção dos elementos sociais e psicológicos no processo de produção da obra artística.” (ZILBERMAN in: MOREIRA, 2003, p.217).

A rigor, a crítica literária não “adotou” cunho científico. Era uma nova linha de pesquisa que surgiu dentro do cunho científicista, como dissemos. Os críticos impressionistas continuaram existindo e evoluções importantes também se deram neste campo. É evidente que o que os críticos construíram no início do século passado foi um conjunto de valores (pátria, nação, ciência, raça) que



atendeu as necessidades daquele tempo e se expressou em todos os campos do conhecimento humano daquele período. Foi um ato legítimo e de uma competência intelectual que resiste até os dias de hoje. Esse instrumento não nos serve mais? Não atende mais as nossas necessidades? Então é momento de construirmos novos cânones, novos paradigmas que respondam ao nosso mundo e que levem em conta todas as fissuras e contradições. Mas é preciso construí-lo é legitimá-lo. E aí poderemos dizer junto com Camões: “Mudam-se os tempos, mudam-se as verdades”.

Referências bibliográficas:

- ASSIS, Machado. *Crítica Literária*. São Paulo, Mérito, 1956.
- ASSIS, Machado. *A Semana*, 3º Vol. 1895 – 1900. Rio de Janeiro: Editor W.M. Jackson, 1938.
- BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1996.
- COMPAGNON, Antoine. *O Demônio da Teoria – Literatura e Senso Comum*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões – Campanha de Canudos*. São Paulo, Ed. Circulo de Livro, 1989.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura da Revolução Científica*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 2003.
- MOREIRA, Maria Eunice (Org). *Histórias da Literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 2003.
- SEVCENKO, Nicolau. *Historia da Vida Privada no Brasil – Vol.3*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2004.
- VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Topbooks, 2001.